



ANEXO I

Metodologia das Estimativas de Receita para o período 2010 a 2013

A política econômica atual vem contribuindo para a consolidação de um cenário macroeconômico estável, com perspectivas favoráveis em relação ao comportamento da inflação e expectativas de crescimento sustentado da economia.

O pressuposto geral de comportamento da Receita Municipal é o da existência de uma alta correlação do comportamento dessa com o desempenho daqueles agregados macroeconômicos. Além disso, pressupõe-se em algumas receitas diretamente arrecadadas pelo Município, as taxas de crescimento real sejam maiores, devido aos esforços de melhoria de gestão e diminuição de inadimplência. Os indicadores macroeconômicos básicos utilizados para a estimativa da Receita foram:

Ano		2010	2011	2012	2013
PIB	(%)	3,00	5,50	5,00	4,50
IPCA-IBGE	(%)	4,50	4,80	5,10	4,00
IPM-ICMS	(%)	3,58	3,60	3,61	3,63
IPM-FUNDEB	(%)	1,15	1,07	1,10	1,30
IPM-IPVA	(%)	2,20	2,30	2,35	2,37

Abaixo, detalhamos as estimativas de Receitas:

Receitas Diretamente Arrecadadas: nas Receitas Tributárias, a meta de crescimento real é de 9,45% para o período de 2010 a 2013. Para o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, a meta de crescimento real é de 2,68%; para o Imposto sobre a Transmissão “Inter Vivos” de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis – ITBI e para o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, a meta é de 18,95% no período. Nas Receitas de Serviços, a meta de crescimento real é de 0,42%.

Receitas de Transferências: nas Transferências Correntes, a meta para o período é de crescimento real de 29%. Para o ICMS, com a Lei nº 12.685 de 28/08/07 – Lei de Programa e Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo, regulamentada pelo Decreto nº 52.096 de 28/08/2007, há a perspectiva de acréscimo de arrecadação de 23,78%. Na transferência do IPVA, a expectativa é que continue a melhora lenta, mas constante, do nosso índice de participação, que refletem a melhoria de gestão do licenciamento de veículos na cidade.

No entanto, o melhor desempenho esperado é das Transferências do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, criado pela Emenda Constitucional nº 53 de 19 de dezembro de 2006, e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007, em substituição ao FUNDEF), com expectativa de crescimento real de 45,03% no período.

Outra transferência importante é a do SUS, com expectativa de crescimento real para o período de 35,83%. Com relação às outras transferências legais, a perspectiva é de estabilidade ou acompanhando a variação das receitas da União, com exceção das compensações da Lei 87/96, que vão minguando ano a ano.



Com relação às Outras Receitas Correntes, cabe destacar as receitas inscritas em Dívida Ativa, cuja meta de crescimento é de 20,83% para o período.

Na estimativa das receitas, também foram considerados os valores de renúncia de receitas.

Compondo também as estimativas das receitas, estão as perspectivas de ingressos de recursos para os exercícios 2010-2013 no âmbito do PAC – Plano de Aceleração de Crescimento - I e II, composto pelas operações de crédito para os Programas de Saneamento, Programas de Moradia Popular e Programa Pró-Transporte – Qualificação de Vias Urbanas, além de convênios da União para a área de Habitação.

Na administração indireta, na Receita dos Serviços de Água e Esgoto, é prevista a recomposição dos valores pela inflação e crescimento real por conta da redução de perdas e ampliação da cobertura da rede, além do combate à inadimplência.

No tocante ao Regime de Assistência à Saúde do Servidor, a Lei Municipal 6.083/05 disciplinou a forma de seu custeio, consistente na receita com mensalidades, co-participações nos eventos pelos beneficiários e aporte e complementações pelos órgãos municipais, que possuam servidores aderentes ao regime.